



ASSEMBLEIA DIGITAL 2025 AGE/AGO

PROPOSTA DE REFORMA AMPLA DO ESTATUTO SOCIAL



SICOOB COOPLIVRE

Instituição Financeira Cooperativa

1. Principais Propostas de Alteração

- Adequação ao modelo de estatuto social padrão do Sicoob, em virtude da diretriz da Instrução Normativa BCB nº 453, de 2024;
- Alteração da numeração da sede;
- Atualização da solicitação do Resgate Eventual;
- Aumento do Fundo de Reserva de 63% para 70% e aderência ao percentual mínimo estabelecido pelo disposto no artigo 28, inciso II, da Lei 5.764, de 1971 de 5% (*cinco por cento*) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates).



ESTATUTO SOCIAL VIGENTE	PROPOSTA TÉCNICA – ADESÃO AO MODELO SISTÊMICO	CONSIDERAÇÕES
TÍTULO I	TÍTULO I	N/A
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS	N/A
CAPÍTULO I	CAPÍTULO I	N/A
DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA ÁREA DE AÇÃO	DA DENOMINAÇÃO, DA SEDE, DO FORO, DO PRAZO DE DURAÇÃO, DO EXERCÍCIO SOCIAL E DA ÁREA DE AÇÃO	N/A
Art. 1º A Cooperativa de Crédito Cooplivre, CNPJ: 49.389.307/0001-15, com designação simplificada Sicoob Cooplivre, constituída em 15 de julho de 1978, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida pela legislação vigente e por este Estatuto Social, tendo:	Art. 1º A Cooperativa de Crédito Cooplivre, CNPJ: 49.389.307/0001-15, com designação simplificada Sicoob Cooplivre, constituída em 15 de julho de 1978, neste Estatuto Social designada simplesmente de Cooperativa, é instituição financeira não bancária, sociedade cooperativa de responsabilidade limitada, de pessoas, de natureza simples e sem fins lucrativos, regida pela legislação vigente e por este Estatuto Social, tendo:	N/A
I. Sede , administração e foro jurídico na Rua Bento Dias, 608 , Centro, CEP: 13.360-089, Capivari-SP;	I. sede, administração e foro jurídico na Rua Bento Dias, 610 , Centro, CEP: 13.360-089, Capivari-SP;	Ajuste na redação e alteração da numeração da Sede.
II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil;	II. prazo de duração indeterminado e exercício social com duração de 12 (doze) meses, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano civil;	N/A
III. área de ação, para fins de instalação de dependências físicas, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Alumínio, Boituva, Bofete, Conchas, Cabreúva, Campinas, Campo Limpo Paulista, Cerquilha, Cesário Lange, Elias Fausto, Guareí, Hortolândia, Indaiatuba, Iperó, Itatiba, Itu, Itupeva, Jumirim, Jundiaí, Laranjal Paulista, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Nova Odessa, Pardinho, Pereiras, Porangaba, Porto Feliz, Rafard, Rio das Pedras, Salto, Santa Bárbara d’Oeste, Sorocaba, Sumaré, Tietê, Torre De Pedra, Quadra, Valinhos, Várzea Paulista e Vinhedo, todos no Estado de São Paulo;	III. área de ação, para fins de instalação de dependências físicas, limitada ao município sede e aos seguintes municípios: Alumínio, Boituva, Bofete, Conchas, Cabreúva, Campinas, Campo Limpo Paulista, Cerquilha, Cesário Lange, Elias Fausto, Guareí, Hortolândia, Indaiatuba, Iperó, Itatiba, Itu, Itupeva, Jumirim, Jundiaí, Laranjal Paulista, Louveira, Mombuca, Monte Mor, Nova Odessa, Pardinho, Pereiras, Porangaba, Porto Feliz, Rafard, Rio das Pedras, Salto, Santa Bárbara d’Oeste, Sorocaba, Sumaré, Tietê, Torre De Pedra, Quadra, Valinhos, Várzea Paulista e Vinhedo, todos no Estado de São Paulo;	N/A
IV. área de admissão de associados limitada aos municípios integrantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e os Municípios das demais unidades da Federação.		Exclusão devido ao disposto no art. 7º: “Podem associar-se à Cooperativa todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto



Parágrafo único. A área de ação da Cooperativa, deverá ser homologada pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.	§ 1º A área de ação da Cooperativa, deverá ser homologada pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, sem prejuízo da apreciação definitiva pelo Banco Central do Brasil.	Renumeração do parágrafo.
	§2º. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de agosto de 1998, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana da Região de Capivari. §3º. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de novembro de 2014, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Rural e dos Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores da Região de Capivari. §4º. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de março de 2017, a Cooperativa alterou sua denominação para Cooperativa de Crédito Cooplivre.	Inclusão de histórico para adequação ao Estatuto Padrão
CAPÍTULO II	CAPÍTULO II	N/A
DO OBJETO SOCIAL	DO OBJETO SOCIAL	N/A
Art. 2º A <i>Cooperativa</i> tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:	Art. 2º A Cooperativa tem por objeto social, além da prática de outros atos cooperativos e demais operações e serviços permitidos às cooperativas de crédito pela regulamentação aplicável:	N/A
I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;	I. a prestação, por meio da mutualidade, de serviços financeiros a seus associados;	N/A
II. o desenvolvimento de programas de:	II. o desenvolvimento de programas de:	N/A
a) poupança e de uso adequado do crédito;	a) poupança e de uso adequado do crédito;	N/A



erativistas.	b) educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, no sentido de fomentar o cooperativismo de crédito, observando os valores e princípios cooperativistas.	N/A
§ 1º A <i>Cooperativa</i> poderá captar recursos dos Municípios citados no inciso II do artigo 1º , de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, conforme a regulamentação em vigor.	§ 1º A <i>Cooperativa</i> poderá captar recursos dos Municípios nos quais possua dependência instalada, bem como de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, conforme a regulamentação em vigor.	Ajuste na redação, com a exclusão da referência incorreta do inciso II, art. 1º.
§ 2º A <i>Cooperativa</i> poderá prestar serviços de pagamento para não associados nas modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento.	§ 2º A <i>Cooperativa</i> poderá prestar serviços de pagamento para não associados nas modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento.	N/A
§ 3º A <i>Cooperativa</i> poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor.	§ 3º A <i>Cooperativa</i> poderá agir como substituta processual de seus associados e em defesa dos respectivos direitos coletivos, desde que haja autorização da Assembleia Geral para tal, nos termos da legislação em vigor.	N/A
§ 4º Em todos os aspectos das atividades executadas na <i>Cooperativa</i> devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.	§ 4º Em todos os aspectos das atividades executadas na <i>Cooperativa</i> devem ser observados os princípios da neutralidade política e da não discriminação por fatores religiosos, raciais, sociais, de gênero ou de quaisquer outras características pessoais.	N/A
CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)	CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL (SICOOB)	N/A
Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.	Art. 3º O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é um arranjo sistêmico de abrangência nacional, integrado pelas entidades previstas neste Estatuto Social e regulado por diretrizes e normas de alcance geral, resguardada a autonomia jurídica e a responsabilidade legal de cada entidade.	N/A
§ 1º O Sicoob é integrado:	§ 1º O Sicoob é integrado:	N/A
I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;	I. pelas cooperativas singulares filiadas às cooperativas centrais;	N/A
II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);	II. pelas cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação (Sistemas Regionais);	N/A
III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);	III. pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação);	N/A



	IV. pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. (Banco Sicoob) e demais empresas e entidades vinculadas ao Sistema.	N/A
§ 2º A Cooperativa, ao se filiar à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).	§ 2º A Cooperativa, ao se filiar à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), regendo-se, também por suas normas e pelas suas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções).	N/A
§ 3º A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a adesão ao sistema de garantias recíprocas e a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, nos termos deste Estatuto Social.	§ 3º A integração ao Sicoob não implica responsabilidade solidária entre as cooperativas e demais entidades que integram o Sicoob, ressalvada a adesão ao sistema de garantias recíprocas e a responsabilidade pelas obrigações contraídas pelo Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, bem como a decorrente da adesão ao sistema de garantias recíprocas, nos termos deste Estatuto Social.	Ajuste na redação para fazer constar o acordo de garantias recíprocas (ACO).
§ 4º Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela <i>Cooperativa</i> , de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a condição profissional.	§ 4º Nos termos da legislação em vigor, a contratação, pela <i>Cooperativa</i> , de serviços do Banco Sicoob e de suas entidades vinculadas não forma vínculo empregatício de seus empregados com o referido Banco, nem lhes altera a condição profissional.	N/A
§ 5º A <i>Cooperativa</i> , por integrar o Sicoob e estar filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, sujeita-se às seguintes regras:	§ 5º A <i>Cooperativa</i> , por integrar o Sicoob e estar filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, sujeita-se às seguintes regras:	N/A
I. aceitação da prerrogativa de a Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;	I. aceitação da prerrogativa de a Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo representá-la nos relacionamentos mantidos com o Banco Central do Brasil; o Sicoob Confederação, o Banco Sicoob e demais empresas ou entidades do Sicoob; o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) e com quaisquer outros órgãos e instituições/empresas, sejam de natureza pública ou privada, podendo firmar contratos, convênios e compromissos diversos;	N/A
II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;	II. a Central poderá delegar a representação de que trata o inciso anterior ao Sicoob Confederação, seja para representar todas ou parte das cooperativas singulares filiadas;	N/A



tuto Social da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – ob São Paulo e demais normativos;	III. cumprimento das decisões, das diretrizes, das regulamentações e dos procedimentos instituídos para o Sicoob e para o Sistema Regional, por meio do Estatuto Social da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo e demais normativos;	N/A
IV. acesso, pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;	IV. acesso, pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo ou pelo Sicoob Confederação, a todos os dados contábeis, econômicos, financeiros e afins, bem como a todos os livros sociais, legais e fiscais, além de relatórios complementares e de registros de movimentação financeira de qualquer natureza;	N/A
V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria <i>Cooperativa</i> , da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob.	V. assistência, em caráter temporário, mediante administração em regime de cogestão, quando adotado, pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, formalizado por meio de instrumento próprio e conforme regras sistêmicas, para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria <i>Cooperativa</i> , da Central, do Sistema Regional ou do Sicoob;	N/A
	VI. administração temporária pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo ou, em se tratando de delegação de atribuição da Central, pelo Sicoob Confederação, em situações que comprometam ou possam comprometer a continuidade da Cooperativa ou que causem ou possam causar perdas aos seus associados, nos termos da legislação e regulamentação em vigor;	Adequação ao modelo de estatuto social padrão para cumprimento das diretrizes da Política Institucional de Recuperação de Cooperativas do Sicoob.
	VII. a cooperativa, quando for detentora de ações do Banco Sicoob, deverá negociá-las exclusivamente entre as entidades do Sicoob e, em caso de desligamento, deverá aliená-las, antes do efetivo desligamento.	Adequação ao modelo de estatuto social padrão.
§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária adesão /aprovação pela <i>Cooperativa</i> apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).	§ 6º As políticas e os demais normativos sistêmicos, aprovados no âmbito das entidades nacionais do Sicoob, têm aplicação imediata, sendo necessária aprovação pela <i>Cooperativa</i> apenas nos casos em que houver exigência legal, regulamentar ou do próprio Centro Cooperativo Sicoob (CCS).	



	§ 7º A <i>Cooperativa</i> é aderente ao convênio para compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único definido pelo Sicoob.	N/A
	§ 8º A <i>Cooperativa</i> é aderente ao Comitê de Remuneração, constituído no âmbito do Sicoob Confederação, nos termos da regulamentação em vigor, devendo disponibilizar as informações necessárias para cumprimento de suas atribuições e responsabilidades.	Em cumprimento à Resolução CMN nº 5.177, de 26 de setembro de 2024 e ao modelo de Estatuto Social Sistêmico.
CAPÍTULO IV	CAPÍTULO IV	N/A
DAS RESPONSABILIDADE	DAS RESPONSABILIDADE	N/A
	Art. 4º A Cooperativa, conforme disposições legais e normativas acerca de obrigações solidárias, aplicáveis ao sistema de garantias recíprocas, responde solidariamente com seu patrimônio, a qualquer tempo, até que as obrigações se cumpram, salvo prescrição extintiva legal, pela:	Inclusão das diretrizes das obrigações solidárias e sistema de garantias recíprocas.
	I. insuficiência de liquidez na centralização financeira administrada pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo;	
	II. inadimplência de qualquer cooperativa de crédito filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo.	
	Parágrafo único. A responsabilidade solidária, até o limite do prejuízo causado, poderá ser invocada diretamente pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo ou por qualquer outra filiada, desde que aquela que invocar não tenha dado causa às hipóteses de insuficiência ou inadimplência referidas nos incisos anteriores.	
Art. 5º A filiação à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo importa, automaticamente, solidariedade da <i>Cooperativa</i> , nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da <i>Cooperativa</i> ou dos associados de outras cooperativas singulares filiadas à mesma Cooperativa Central, desde que os estatutos dessas cooperativas singulares prevejam idêntica responsabilidade, perdurando esta	Art. 5º A filiação à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo importa, automaticamente, solidariedade da <i>Cooperativa</i> , nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, pelas obrigações contraídas pelo Banco Sicoob perante o BNDES e a FINAME, com a finalidade de financiar os associados da <i>Cooperativa</i> ou dos associados de outras cooperativas singulares filiadas à mesma Cooperativa Central, desde que os estatutos dessas cooperativas singulares prevejam idêntica responsabilidade, perdurando esta	N/A



	responsabilidade nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a integral liquidação das obrigações contraídas perante o BNDES e a FINAME, contratadas até a data em que se deu a demissão, eliminação ou exclusão.	
§ 1º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária desta Cooperativa Singular, pelas obrigações mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.	§ 1º A integração ao Sicoob implica, também, responsabilidade subsidiária desta Cooperativa Singular, pelas obrigações mencionadas no <i>caput</i> deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicoob.	N/A
§ 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e a da própria <i>Cooperativa</i> a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.	§ 2º A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida do Banco Sicoob e a da própria <i>Cooperativa</i> a que estiverem associados os beneficiários dos recursos.	N/A
Art. 6º A <i>Cooperativa</i> responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.	Art. 6º A <i>Cooperativa</i> responde, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes de capital que subscrever, perdurando essa responsabilidade, nos casos de demissão, de eliminação ou de exclusão, até a data em que se deu o desligamento.	N/A
TÍTULO II DOS ASSOCIADOS	TÍTULO II DOS ASSOCIADOS	N/A
CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO	CAPÍTULO I DA ÁREA DE ATUAÇÃO	N/A
Art. 7º Podem associar-se à <i>Cooperativa</i> todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos no território nacional.	Art. 7º Podem associar-se à <i>Cooperativa</i> todas as pessoas naturais, jurídicas e entes despersonalizados que concordem com o presente Estatuto Social e preencham as condições nele estabelecidas, bem como tenham residência ou estejam estabelecidos no território nacional.	N/A
§ 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).	§ 1º O número de associados será ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).	N/A
§ 2º Não podem associar-se as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades	§ 2º Não podem ser admitidos no quadro social da Cooperativa ou nele permanecer, além das hipóteses previstas na legislação:	Ajuste textual em virtude do desmembramento do § 2º em § e inciso.



	I. as pessoas jurídicas e os entes despersonalizados cujas atividades principais sejam efetivamente concorrentes com as atividades principais da própria <i>Cooperativa</i> ;	N/A
	II. o associado que deixar de operar com a <i>Cooperativa</i> , ou por meio dela, por mais de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos.	Inclusão de regra para permanência no quadro de associados, conforme modelo padrão.
§ 3º A possibilidade de associação descrita no <i>caput</i> engloba também os conselhos de fiscalização profissional.	§ 3º A possibilidade de associação descrita no <i>caput</i> engloba também os conselhos de fiscalização profissional.	N/A
	§ 4º Podem permanecer na Cooperativa as pessoas que, quando da associação, reuniam as condições estatutárias para admissão no quadro social.	Adequação ao modelo de estatuto social padrão.
Art. 8º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pelo Conselho de Administração, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.	Art. 8º Para adquirir a qualidade de associado, o interessado deverá ter a sua admissão aprovada pela Cooperativa, subscrever e integralizar as quotas-partes na forma prevista neste Estatuto Social e assinar os documentos necessários para a efetivação da associação.	N/A
§ 1º O Conselho de Administração poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.	§ 1º A Cooperativa poderá recusar a admissão do interessado que apresentar restrições em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Central do Brasil.	Ajuste na redação, tendo em vista que a responsabilidade de aprovação da admissão pode ser delegada.
§ 2º O Conselho de Administração poderá delegar à Diretoria Executiva a aprovação de admissões, observadas as regras deste Estatuto Social.	§ 2º As diretrizes referentes à aprovação de admissões e readmissões de associados serão fixadas pelo Conselho de Administração.	Inclusão da responsabilidade do Conselho de Administração em aprovar as políticas (diretrizes) de admissão e readmissão.
CAPÍTULO II DOS DIREITOS	CAPÍTULO II DOS DIREITOS	N/A
Art. 9º São direitos dos associados:	Art. 9º São direitos dos associados:	N/A
I. tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;	I. tomar parte nas Assembleias Gerais, discutir e votar os assuntos que nelas forem tratados, ressalvadas as disposições legais e/ou estatutárias;	N/A
II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas às disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;	II. ser votado para os cargos sociais, desde que atendidas às disposições legais e/ou regulamentares pertinentes;	N/A
III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;	III. propor, por escrito, medidas que julgar convenientes aos interesses sociais;	N/A



	IV. beneficiar-se das operações e dos serviços prestados pela <i>Cooperativa</i> , observando as regras estatutárias e os instrumentos de regulação;	N/A
V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;	V. examinar e pedir informações, por escrito, sobre documentos, ressalvados aqueles protegidos por sigilo;	N/A
VI. tomar conhecimento dos normativos internos da <i>Cooperativa</i> ;	VI. tomar conhecimento dos normativos internos da <i>Cooperativa</i> ;	N/A
VII. demitir-se da <i>Cooperativa</i> quando lhe convier.	VII. demitir-se da <i>Cooperativa</i> quando lhe convier.	N/A
Parágrafo único. Não pode votar e nem ser votado o associado pessoa natural que preste serviço em caráter não eventual à <i>Cooperativa</i> .	Parágrafo único. Não pode votar nem ser votado o associado pessoa natural que <i>seja empregado</i> ou preste serviço em caráter não eventual à <i>Cooperativa</i> .	Inclusão da boa prática de que os empregados da Cooperativa não terão direito à voto.
CAPÍTULO III DOS DEVERES	CAPÍTULO III DOS DEVERES	N/A
Art. 10. São deveres dos associados:	Art. 10. São deveres dos associados:	N/A
I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i> ;	I. satisfazer, pontualmente, os compromissos que contrair com a <i>Cooperativa</i> ou por intermédio dela;	Ajuste textual conforme modelo de estatuto social padrão.
II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;	II. cumprir as disposições deste Estatuto Social, dos regimentos internos, das deliberações das Assembleias Gerais, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, bem como dos instrumentos de normatização sistêmicos destinados direta ou indiretamente aos associados;	N/A
III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da <i>Cooperativa</i> ;	III. zelar pelos valores morais, éticos, sociais e materiais da <i>Cooperativa</i> ;	N/A
IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se deve sobrepor interesses individuais;	IV. respeitar as boas práticas de movimentação financeira, tendo sempre em vista que a cooperação é obra de interesse comum ao qual não se devem sobrepor interesses individuais;	N/A
V. realizar suas operações financeiras preferencialmente na <i>Cooperativa</i> , mantendo suas informações cadastrais atualizadas;	V. realizar suas operações financeiras, preferencialmente, na <i>Cooperativa</i> , mantendo suas informações cadastrais atualizadas;	N/A
VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na <i>Cooperativa</i> para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da <i>Cooperativa</i> , do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;	VI. não desviar a aplicação de recursos específicos obtidos na <i>Cooperativa</i> para finalidades não propostas nos financiamentos, permitindo, quando for o caso, ampla fiscalização da <i>Cooperativa</i> , do Banco Central do Brasil e das instituições financeiras envolvidas na concessão;	N/A



ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.	VII. comunicar, por meio do Canal de Comunicação de Indícios de Ilícitude do Sicoob, sem a necessidade de se identificar, situações com indícios de ilicitude de qualquer natureza, relacionadas às atividades da Cooperativa.	N/A
VIII. responder pela parte do rateio que lhe couber relativo às perdas apuradas no exercício;		
IX. responder subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela cooperativa perante terceiros, até o limite das suas cotas-partes de capital. Esta responsabilidade, que só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa, subsiste também para os demitidos, eliminados ou excluídos até que sejam aprovadas, pela assembleia geral, as contas do exercício em que se deu o desligamento.		Exclusão devido a adequação ao modelo padrão e devido constar a referida regra no art. 14: “A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.”
CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS	CAPÍTULO IV DOS CASOS DE DESLIGAMENTO DE ASSOCIADOS	N/A
SEÇÃO I DA DEMISSÃO	SEÇÃO I DA DEMISSÃO	N/A
Art. 11. A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.	Art. 11. A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será formalizada por escrito.	N/A
§ 1º O Conselho de Administração será comunicado sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.	§ 1º A Diretoria Executiva será comunicada sobre os pedidos de demissão em sua primeira reunião subsequente à data de protocolo do pedido.	Alteração do órgão responsável pelos recebimentos das solicitações de desligamento.
§ 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.	§ 2º Na ocasião da demissão deve ser adimplida qualquer obrigação existente entre o associado e a Cooperativa, ainda que não vencida, desde que os correspondentes instrumentos prevejam a demissão como hipótese de vencimento antecipado da obrigação.	N/A
SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO	SEÇÃO II DA ELIMINAÇÃO	N/A
Art. 12. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:	Art. 12. A eliminação do associado é aplicada em virtude de infração legal ou estatutária, ou ainda quando:	N/A



regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;	I. exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa e/ou à sua imagem, inclusive infringir dispositivos infra estatutários aplicáveis, como: regimentos, regulamentos, manuais e outros normativos internos e sistêmicos;	Ajuste textual conforme modelo de estatuto social padrão.
II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;	II. praticar atos que, a critério da Cooperativa, a desabonem, como emissão de cheques sem fundos em qualquer instituição financeira, inclusão nos sistemas de proteção ao crédito, pendências registradas no Banco Central do Brasil, atrasos em operações de crédito e operações baixadas em prejuízo na Cooperativa;	N/A
III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e venha ser obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;	III. deixar de honrar os compromissos assumidos perante a Cooperativa ou terceiro, para o qual a Cooperativa tenha prestado garantia e venha ser obrigada a honrá-la em decorrência da inadimplência do associado;	N/A
IV. divulgar entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.	IV. divulgar entre os demais associados e/ou perante a comunidade a prática de falsas irregularidades na Cooperativa ou violar sigilo de operação ou de serviço prestado pela Cooperativa.	N/A
§ 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião de Conselho de Administração.	§ 1º A eliminação do associado será decidida e registrada em ata de reunião da Diretoria Executiva.	Alteração do órgão responsável pelos processos de eliminação.
§ 2º O associado será notificado por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, com arquivamento de evidência da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de reunião do Conselho de Administração em que houve a eliminação.	§ 2º O associado será notificado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da reunião da Diretoria Executiva em que houve a eliminação, por meio de carta, e-mail ou outro meio de comunicação constante na ficha cadastral ou localizado pela Cooperativa, por processo que comprove as datas de remessa e de recebimento da notificação, devendo estar descrito o que motivou a eliminação.	Ajuste textual e alteração da responsabilidade do Conselho de Administração para a Diretoria Executiva.
§ 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.	§ 3º O associado eliminado terá direito a interpor recurso, em até 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação prevista nos parágrafos anteriores, com efeito suspensivo para a primeira Assembleia Geral que se realizar.	N/A
SEÇÃO III DA EXCLUSÃO	SEÇÃO III DA EXCLUSÃO	N/A



	Art. 13. A exclusão do associado será feita nos seguintes casos:	N/A
I. dissolução da pessoa jurídica;	I. dissolução da pessoa jurídica;	N/A
II. morte da pessoa natural;	II. morte da pessoa natural;	N/A
III. incapacidade civil não suprida;	III. incapacidade civil não suprida;	N/A
	IV. fraude ou determinação legal;	Inclusão conforme modelo de estatuto social padrão
IV. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.	V. deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa, exceto o disposto no art. 7º, §4º.	Ajuste textual conforme modelo de estatuto social padrão
Parágrafo único. A exclusão com fundamento nas disposições dos incisos I, II e III será automática e a do inciso IV, por decisão do Conselho de Administração, observadas as regras para eliminação de associados.	Parágrafo único. A exclusão com fundamento no inciso IV ocorrerá por ato da Diretoria Executiva, à exceção do motivo previsto no art. 7º, § 2º, inciso I, observadas as regras para eliminação de associados.	Ajuste textual conforme modelo de estatuto social padrão
CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO	CAPÍTULO V DAS RESPONSABILIDADES E DA READMISSÃO	N/A
Art. 14. A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.	Art. 14. A responsabilidade do associado por compromissos da Cooperativa perante terceiros é limitada ao valor de suas quotas-partes.	N/A
Parágrafo 1º Em caso de desligamento do quadro social:	§ 1º Em caso de desligamento do quadro social, a responsabilidade descrita no caput perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento.	Ajuste textual conforme modelo de estatuto social padrão
I. a responsabilidade descrita no caput perdurará até a aprovação das contas do exercício em que se deu o desligamento;		
II. a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes.		Exclusão em virtude do disposto no art. 20, inciso I: “a Cooperativa poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;
Parágrafo 2º As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.	§ 2º As obrigações contraídas por associados com a Cooperativa, em caso de morte, passarão aos seus herdeiros.	
Art. 15 O associado que se demitiu somente poderá apresentar novo pedido de admissão ao quadro social da Cooperativa após 1 (um) ano contado do pagamento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas-partes restituídas.	Art. 15 A readmissão de associado desligado será deliberada pela Cooperativa, conforme os critérios de reingresso fixados pelo Conselho de Administração.	Ajuste textual conforme modelo de estatuto social padrão Será estabelecido em Política específica as regras de readmissão
Art. 16 O associado que foi eliminado ou excluído pelo motivo expresso no		



amento, pela Cooperativa, da última parcela das quotas partes restituídas.		
Art. 17 Para o associado que se demitiu, que foi eliminado ou que foi excluído ter direito à readmissão de que trata este capítulo, serão observadas as condições de admissão de associados e:		
I. — quitar eventuais débitos inadimplidos e/ou contabilizados em prejuízo;		
II. — renovar e atualizar o seu cadastro;		
III. — assinar os termos de admissão e nova proposta de admissão e em nova ficha de matrícula.		
TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL	TÍTULO III DO CAPITAL SOCIAL	N/A
CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL	CAPÍTULO I DA FORMAÇÃO DO CAPITAL	N/A
SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS	SEÇÃO I DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS	N/A
Art. 18. O capital social da Cooperativa é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, sendo que o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).	Art. 16. O capital social da Cooperativa é dividido em quotas-partes de R\$ 1,00 (um real) cada uma, ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de associados, sendo que o capital mínimo da Cooperativa não poderá ser inferior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).	N/A
§ 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da <i>Cooperativa</i> , ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente.	§ 1º As quotas-partes do associado são impenhoráveis, indivisíveis e intransferíveis a terceiros não associados da <i>Cooperativa</i> , ainda que por herança, não podendo com eles ser negociadas e nem dadas em garantia, nos termos da legislação vigente.	N/A
§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento.	§ 2º O capital integralizado pelos associados poderá ser remunerado, na forma da legislação em vigor e conforme deliberação do Conselho de Administração, que estipulará os juros, a periodicidade e a forma de pagamento.	N/A



tes.	Art. 17. No ato de admissão, o associado subscreverá e integralizará à vista, e em moeda corrente, no mínimo, 50 (cinquenta) quotas-partes.	Adequação ao Estatuto Padrão
Art. 20 No ato de admissão, o associado pessoa jurídica, subscreverá e integralizará à vista, e em moeda corrente, no mínimo, 100 (cem) quotas-partes.		Exclusão devido a junção no Art 17.
Parágrafo 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da Cooperativa.	§ 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total de quotas-partes do capital social da Cooperativa.	Ajuste textual.
Parágrafo 2º A quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros.	§ 2º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, nos termos do art. 20, inciso I, deste Estatuto Social.	Inversão dos parágrafos 2º e 3º.
Parágrafo 3º As quotas-partes integralizadas responderão como garantia das obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, nos termos do art. 14, parágrafo 1º, inciso II, deste Estatuto Social.	§ 3º As quota-parte não poderá ser cedida ou oferecida em garantia de operações com terceiros,	Inversão dos parágrafos 2º e 3º e ajuste do artigo referenciado.
Parágrafo 4º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da <i>Cooperativa</i> , na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para associação de que trata o <i>caput</i> .	§4º Não é exigida a complementação de capital por parte dos associados que já compõem o quadro social da <i>Cooperativa</i> , na hipótese em que houver posterior aumento do número mínimo de quotas-partes para associação de que trata o <i>caput</i> .	Renumeração do parágrafo.
Parágrafo 5º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o <i>caput</i> , não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, conforme previsto neste Estatuto Social.	§ 5º Havendo posterior redução do número mínimo de quotas-partes de que trata o <i>caput</i> , não é devida a correspondente devolução da parte excedente, ressalvadas as hipóteses de resgate ordinário e eventual de capital, como previsto neste Estatuto Social.	Renumeração do parágrafo.
Art. 21. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta-corrente na <i>Cooperativa</i> desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo 19.	Art. 18. O filho ou dependente legal com idade entre 1 (um) dia de vida até 18 (dezoito) anos incompletos poderá se associar e manter conta-corrente na <i>Cooperativa</i> desde que representado ou assistido pelos pais ou representante legal, devendo subscrever e integralizar o capital social mínimo previsto no artigo anterior.	Renumeração de artigo e ajuste textual.



	Parágrafo único. Qualquer questão omissa referente a essa matéria será decidida pelo Conselho de Administração.	N/A
SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO	SEÇÃO II DO RELACIONAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO	N/A
Art. 22. No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o microempreendedor individual (MEI), pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 30 (trinta) quotas-partes de R\$ 1,00 (<i>um real</i>) cada uma, equivalentes a R\$ 30,00 (trinta reais) .	Art. 19. No ato de admissão, o associado pessoa natural, inclusive o microempreendedor individual (MEI), pessoa jurídica ou ente despersonalizado, que tenha por objetivo a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico subscreverá e integralizará, à vista e em moeda corrente, 50 (cinquenta) quotas-partes de R\$ 1,00 (<i>um real</i>) cada uma, equivalentes a R\$50,00 (<i>cinquenta reais</i>).	Renumeração de artigo e majoração do valor mínimo de subscrição e integralização de capital nas associações digitais, de R\$30,00 para R\$50,00.
§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a <i>Cooperativa</i> aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a <i>Cooperativa</i> , na forma da regulamentação em vigor.	§ 1º Considera-se relacionamento por meio eletrônico com a <i>Cooperativa</i> aquele determinado pelo uso dos meios eletrônicos, assim entendidos os instrumentos e os canais remotos utilizados para comunicação e troca de informações, sem contato presencial, entre o associado e a <i>Cooperativa</i> , na forma da regulamentação em vigor.	N/A
§ 2º O associado pessoa natural que realizar a abertura de conta de depósitos e a manutenção desse relacionamento exclusivamente por meio eletrônico aderirá automaticamente ao respectivo pacote de serviços, sendo este divulgado aos associados, conforme normas relativas ao assunto, assim como os demais pacotes tarifários da Cooperativa.		Adequação ao modelo de estatuto social padrão.
§ 3º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a <i>Cooperativa</i> , a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 19 deste Estatuto Social.	§ 2º Concluído o processo de admissão, o associado que alterar seu relacionamento com a <i>Cooperativa</i> , a partir do uso de produtos, serviços e canais de atendimento que não sejam exclusivamente eletrônicos, deverá promover a complementação do seu capital social conforme a regra disposta no art. 17 deste Estatuto Social.	Renumeração do parágrafo e ajuste de artigos.
CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES	CAPÍTULO II DA MOVIMENTAÇÃO DAS QUOTAS-PARTES	N/A
SEÇÃO I	SEÇÃO I	N/A



	DO RESGATE ORDINÁRIO	
Art. 23. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:	Art. 20. Nos casos de desligamento, o associado terá direito à devolução de suas quotas-partes integralizadas, acrescidas dos respectivos juros, quando houver, e do valor decorrente de conversão de sobras, ou reduzidas das respectivas perdas, observado, além de outras disposições deste Estatuto Social, o seguinte:	Renumeração do artigo.
I. a <i>Cooperativa</i> poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;	I. a <i>Cooperativa</i> poderá promover a compensação entre o valor total do débito do associado, referente a todas as suas operações vencidas e vincendas, e seu crédito oriundo das respectivas quotas-partes;	N/A
II. excepcionalmente, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da <i>Cooperativa</i> e desde que cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento;	II. excepcionalmente, conforme regras previamente definidas pelo Conselho de Administração da <i>Cooperativa</i> e desde sejam que cumpridos os limites regulamentares, as quotas-partes poderão ser devolvidas aos associados antes da aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se der o desligamento;	N/A
III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte:	III. para os demais casos de resgate ordinário, deve ser observado o seguinte:	N/A
a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;	a) a devolução das quotas-partes será realizada após a aprovação, pela Assembleia Geral, do balanço do exercício em que se deu o desligamento do associado;	N/A
b) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela <i>Cooperativa</i> ao associado será dividido em até 72 (<i>setenta e duas</i>) parcelas mensais e consecutivas;	b) em casos de desligamento, o valor a ser devolvido pela Cooperativa ao associado será dividido em até 72 (<i>setenta e duas</i>) parcelas mensais e consecutivas;	N/A
c) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i> , atendidos aos requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 72 (<i>setenta e duas</i>) parcelas mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do associado	c) os herdeiros de associado falecido terão o direito de receber os valores das quotas-partes do capital e demais créditos existentes em nome do <i>de cujus</i> , deduzidos os eventuais débitos existentes em seu nome, atendidos aos requisitos legais, apurados por ocasião do encerramento do exercício social em que se deu o falecimento, em até 72 (<i>setenta e duas</i>) parcelas mensais e consecutivas, ressalvado o enquadramento do	Ajuste textual para adequação ao modelo de estatuto social padrão.



	associado falecido ao disposto no inciso II deste artigo, quando então serão aplicadas as regras deste inciso II;	
d) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.	d) os valores das parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração.	N/A
§ 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 14, §1º, II, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a <i>Cooperativa</i> tomar todas as providências cabíveis ao caso.	§ 1º Caso o valor das quotas-partes seja inferior ao total do débito do associado desligado e haja a compensação citada no art. 20, I, o associado desligado continuará responsável pelo saldo remanescente apurado, podendo a <i>Cooperativa</i> tomar todas as providências cabíveis ao caso.	Ajuste do artigo referenciado.
§ 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.	§ 2º A restituição de capital social para associado desligado depende da observância dos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação em vigor.	N/A
§ 3º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da <i>Cooperativa</i> após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.	§ 3º Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao Fundo de Reserva da <i>Cooperativa</i> após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão.	N/A
SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL	SEÇÃO II DO RESGATE EVENTUAL	N/A
Art. 24. Ao associado pessoa natural que cumprir as disposições deste Estatuto Social, tiver no mínimo 65 (sessenta e cinco) anos de idade e tiver no mínimo 10 (dez) anos de associação, poderá solicitar a devolução de suas quotas-partes, no valor máximo de 10 % (dez por cento) ao ano , o que dependerá de autorização específica, a critério do Conselho de Administração, e desde que preservado, além do número mínimo de quotas-partes, o cumprimento dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor e a integridade e inexigibilidade do capital e patrimônio líquido, cujos recursos devem permanecer por prazo suficiente para refletir a estabilidade inerente à natureza de capital fixo da instituição. Também deve ser observado o seguinte:	Art. 21. O associado pessoa natural e pessoa jurídica que cumprir as disposições deste Estatuto Social e tiver no mínimo 10 (dez) anos de associação, poderá solicitar a devolução parcial de suas quotas-partes, o que dependerá de autorização específica do Conselho de Administração, e da preservação, além do número mínimo de quotas-partes, dos limites estabelecidos pela regulamentação em vigor, e da integridade e inexigibilidade do capital e do patrimônio líquido.	Proposta de atualização do Resgate Eventual Será elaborada Política interna pelo Conselho de Administração com regras específicas para as solicitações do Resgate Eventual



As parcelas de devolução nunca serão inferiores aos estipulados pelo Conselho de Administração;	§ 1º O resgate eventual somente poderá ocorrer por solicitação do associado, observando as regras deste Estatuto, e, em caso de aprovação, a <i>Cooperativa</i> promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.	Ajuste textual.
II. — no caso de desligamento do associado, nas formas previstas neste Estatuto, durante o período de recebimento das parcelas do resgate eventual, o saldo remanescente da conta capital e o saldo registrado em capital a devolver serão somados, e ao resultado apurado serão aplicadas as regras para o resgate ordinário;		
III. — tornando-se inadimplente em qualquer operação, o associado perderá automaticamente o direito de receber as parcelas do resgate eventual vencidas e não pagas ou vincendas, podendo a Cooperativa aplicar a compensação prevista neste Estatuto Social.		
Parágrafo 1º O associado pessoa jurídica não fará jus ao resgate eventual.		
Parágrafo 2º Em caso de aprovação do resgate eventual solicitado pelo associado, a Cooperativa promoverá a compensação de débito vencido, deduzindo da parcela de capital a ser paga o montante da dívida em atraso.		
TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS	TÍTULO IV DO BALANÇO, DAS SOBRAS, DAS PERDAS E DOS FUNDOS	N/A
Art. 25. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais, devendo ser observado o seguinte para as sobras e perdas:	Art. 22. O balanço e os demonstrativos de sobras e perdas serão elaborados semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, devendo, também, ser elaborados balancetes de verificação mensais.	Renumeração do artigo.
§ 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:	§ 1º As sobras, deduzidos os valores destinados à formação dos fundos obrigatórios, ficarão à disposição da Assembleia Geral, que deliberará:	N/A



embleia Geral;	I. pela destinação aos associados, proporcionalmente às operações realizadas com a <i>Cooperativa</i> segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral;	N/A
II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;	II. pela constituição de outros fundos ou destinação aos fundos existentes;	N/A
III. pela constituição de reservas;	III. pela constituição de reservas;	N/A
IV. pela compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a cooperativa:	IV. pela compensação de perdas de exercícios anteriores, desde que a <i>Cooperativa</i> :	N/A
a) se mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;	a) se mantenha ajustada aos limites de patrimônio exigíveis na forma da regulamentação vigente;	N/A
b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo;	b) conserve o controle da parcela correspondente a cada associado no saldo das perdas retidas, conforme rateio previsto no inciso III do § 2º deste artigo;	N/A
c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob;	c) atenda aos demais requisitos exigidos pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Sicoob;	N/A
V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.	V. por outras destinações específicas, desde que permitidas pela legislação e regulamentação em vigor.	N/A
§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:	§ 2º O saldo ao final do exercício social referente às perdas apuradas deve ser:	N/A
I. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas;	I. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para este fim;	Inversão dos incisos I e II.
II. absorvido com a utilização de recursos provenientes do saldo existente do Fundo de Reserva e das demais reservas constituídas para este fim;	II. mantido na conta de sobras ou perdas acumuladas;	Inversão dos incisos I e II.



<p>ações realizadas ou mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>	<p>III. rateado entre os associados, somente quando os recursos das reservas mencionadas no item I forem insuficientes e considerando as operações realizadas ou mantidas na <i>Cooperativa</i>, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas, segundo fórmula de cálculo estabelecida pela Assembleia Geral, observada a regulamentação em vigor.</p>	<p>Ajuste de menção ao inciso do § e adequação textual.</p>
<p>CAPÍTULO II</p> <p>DOS FUNDOS</p>	<p>CAPÍTULO II</p> <p>DOS FUNDOS</p>	<p>N/A</p>
<p>Art. 26. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p>	<p>Art. 23. Das sobras apuradas no exercício serão deduzidos os seguintes percentuais para os fundos obrigatórios:</p>	<p>Renumeração do artigo.</p>
<p>I. 63% (sessenta e três por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>;</p>	<p>I. 70% (setenta por cento) para o Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da <i>Cooperativa</i>;</p>	<p>Proposta para o aumento do percentual destinado ao Fundo de Reserva, passando de 63% para 70%, com o objetivo de fortalecer a solidez financeira da Cooperativa e garantir sua sustentabilidade a longo prazo.</p> <p>O Fundo de Reserva é um instrumento essencial para a proteção patrimonial da Cooperativa, assegurando recursos para cobrir eventuais perdas e fomentar o desenvolvimento contínuo das atividades. Esse incremento de 7% na destinação de sobras para o Fundo de Reserva reforça a capacidade da Cooperativa de enfrentar desafios econômicos e oscilações do mercado, proporcionando maior segurança aos cooperados.</p> <p>Além disso, essa medida está alinhada com as melhores práticas de governança e gestão financeira cooperativista, priorizando a perenidade da organização e a valorização do patrimônio coletivo.</p>



iliaries, aos empregados da <i>Cooperativa</i> e à comunidade situada em sua área ação.	II. 5% (<i>cinco por cento</i>) para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates) destinado à prestação de assistência aos associados e a seus familiares, aos empregados da <i>Cooperativa</i> e à comunidade situada em sua área de ação.	Proposta do Conselho de Administração em aderência ao percentual mínimo estabelecido pelo disposto no artigo 28, inciso II, da Lei 5.764, de 1971.
§ 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.	§ 1º Poderão ser canalizados ao Fundo de Reserva, antes da apuração das destinações obrigatórias, as doações sem destinação específica e, a critério do Conselho de Administração, os valores em prejuízo recuperados de exercícios anteriores, e outros valores objeto de recuperação, inclusive em decorrência da legislação aplicável.	N/A
§ 2º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.	§ 2º Além dos previstos nos incisos I e II deste artigo, a Assembleia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.	N/A
TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	TÍTULO V DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL	N/A
CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	N/A
Art. 27. A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais:	Art. 24. A estrutura de governança corporativa da <i>Cooperativa</i> é composta pelos seguintes órgãos sociais:	Renumeração do artigo.
I. Assembleia Geral;	I. Assembleia Geral;	N/A
II. Conselho de Administração;	II. Conselho de Administração;	N/A
III. Diretoria Executiva;	III. Diretoria Executiva;	N/A
IV. Conselho Fiscal.	IV. Conselho Fiscal.	N/A
Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.	Parágrafo único. O Conselho de Administração tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras, não abrangendo funções operacionais ou executivas, as quais estão a cargo da Diretoria Executiva.	N/A
CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL	CAPÍTULO II DA ASSEMBLEIA GERAL	N/A
SEÇÃO I		Exclusão da seção para adequação ao modelo sistêmico.



Art. 28 A Assembleia Geral, que poderá ser ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa, tendo poderes, nos limites da lei e deste Estatuto Social, para tomar toda e qualquer decisão de interesse social.		
Parágrafo único As decisões tomadas em Assembleia Geral vinculam a todos os associados, ainda que ausentes ou discordantes e constarão em ata.		
SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO	SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PARA A CONVOCAÇÃO	Renumeração da seção.
Art. 29. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.	Art. 25. A Assembleia Geral será normalmente convocada pelo presidente do Conselho de Administração.	Renumeração do artigo.
§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.	§ 1º A Assembleia Geral poderá, também, ser convocada pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal, ou por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de direitos, após solicitação, não atendida pelo presidente do Conselho de Administração, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de protocolização da solicitação.	N/A
§ 2º A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a <i>Cooperativa</i> convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:	§ 2º A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo poderá, no exercício da supervisão local, solicitar que a <i>Cooperativa</i> convoque Assembleia Geral Extraordinária nos seguintes casos:	N/A
I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;	I. situações de risco no âmbito da cooperativa singular filiada;	N/A
II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;	II. fraudes e irregularidades comprovadas em Auditoria;	N/A
III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.	III. ausência de preservação dos princípios cooperativistas.	N/A
§ 3º A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da <i>Cooperativa</i> se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos.	§ 3º A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo poderá, mediante decisão do respectivo Conselho de Administração, convocar Assembleia Geral Extraordinária da <i>Cooperativa</i> se a solicitação prevista no § 2º não for atendida no prazo de 10 (dez) dias corridos, tendo direito à voz na Assembleia.	Ajuste textual para adequação ao Estatuto Padrão.
SEÇÃO III DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO	SEÇÃO II DO PRAZO DE CONVOCAÇÃO	Renumeração da seção.



m repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.	Art. 26. A Assembleia Geral será convocada com a antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e divulgada, em destaque, no sítio eletrônico da <i>Cooperativa</i> ou em repositório de acesso público irrestrito na rede mundial de computadores.	Renumeração do artigo.
Parágrafo 1º. Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.	Parágrafo Único. Não havendo, no horário estabelecido para primeira convocação, quórum de instalação, a assembleia poderá realizar-se em segunda e terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação, desde que assim conste do respectivo edital.	Ajuste textual em virtude da exclusão do § 1º.
Parágrafo 2º Quando houver eleição do Conselho de Administração e ou Conselho Fiscal, a Assembleia Geral deverá ser convocada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.		Exclusão para adequação ao Estatuto Padrão
SEÇÃO IV DO EDITAL	SEÇÃO III DO EDITAL	Renumeração da seção.
Art. 31. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter, no mínimo:	Art. 27. O edital de convocação da Assembleia Geral deverá conter, no mínimo:	Renumeração do artigo.
I. a denominação social completa da <i>Cooperativa</i> , CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;	I. a denominação social completa da <i>Cooperativa</i> , CNPJ e Número de Inscrição no Registro de Empresa (NIRE), seguida de indicação de que se trata de edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária;	N/A
II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;	II. a forma como será realizada a Assembleia Geral;	N/A
III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;	III. o dia e a hora da assembleia em cada convocação, observado o intervalo mínimo de uma hora entre cada convocação, assim como o endereço do local de realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;	N/A
IV. a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação;	IV. a sequência numérica das convocações e o quórum de instalação;	N/A
V. os assuntos que serão objeto de deliberação;	V. os assuntos que serão objeto de deliberação;	N/A
VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos associados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância;	VI. o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos associados, no caso de realização de Assembleia Geral a distância ou simultaneamente presencial e a distância;	N/A



	VII.os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para acolhimento dos votos;	N/A
VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme o art. 29 deste Estatuto Social.	VIII. o local, a data, o nome, o cargo e a assinatura do responsável pela convocação, conforme o art. 25 deste Estatuto Social.	N/A
Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida.	Parágrafo único. No caso de a convocação ser feita por associados, o edital deve ser assinado, no mínimo, por 4 (quatro) dos signatários do documento por meio do qual foi requerida.	N/A
SEÇÃO V DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO	SEÇÃO IV DO QUÓRUM DE INSTALAÇÃO	Renumeração da seção.
Art. 32 . O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:	Art. 28. O quórum mínimo de instalação da Assembleia Geral, verificado pelas assinaturas lançadas no livro de presenças da assembleia, é o seguinte:	Renumeração do artigo.
I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;	I. 2/3 (dois terços) do número de associados, em primeira convocação;	N/A
II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;	II. metade mais 1 (um) do número de associados, em segunda convocação;	N/A
III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.	III. 10 (dez) associados, em terceira e última convocação.	N/A
SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO	SEÇÃO V DO FUNCIONAMENTO	Renumeração da seção.
Art. 33 . Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.	Art. 29. Os trabalhos da Assembleia Geral serão ordinariamente dirigidos pelo presidente do Conselho de Administração.	Renumeração do artigo.
§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.	§ 1º Na ausência do presidente do Conselho de Administração, assumirá a direção da Assembleia Geral o vice-presidente e, na ausência deste, um dos membros do Conselho de Administração, que poderá nomear um secretário entre os demais membros deste Conselho ou um associado indicado pelos presentes na Assembleia.	N/A
§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.	§ 2º Quando a Assembleia Geral não for convocada pelo presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão dirigidos pelo primeiro signatário do edital de convocação e secretariados por associado escolhido na ocasião.	N/A
§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, os trabalhos serão dirigidos	§ 3º Quando a Assembleia Geral for convocada pela Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo, os trabalhos serão dirigidos	N/A



	pelo representante da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo e secretariados por convidado pelo primeiro.	
§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da <i>Cooperativa</i> para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.	§ 4º O presidente da Assembleia ou seu substituto poderá escolher empregado ou associado da <i>Cooperativa</i> para secretariar a Assembleia e lavrar a ata.	N/A
SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO	SUBSEÇÃO I DA REPRESENTAÇÃO	N/A
Art. 34. Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou pelo representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.	Art. 30. Cada associado será representado na Assembleia Geral da <i>Cooperativa</i> pela própria pessoa natural associada com direito a voto ou <i>pela pessoa natural que seja</i> representante legal da pessoa jurídica associada, com direito a votar.	Renumeração do artigo e ajuste textual.
§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.	§ 1º O representante da pessoa jurídica associada deverá comprovar sua qualidade de representante.	N/A
§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.	§ 2º A pessoa natural e a pessoa jurídica não poderão ser representadas por procurador.	N/A
SUBSEÇÃO II DO VOTO	SUBSEÇÃO II DO VOTO	N/A
Art. 35. Em regra, a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.	Art. 31. Em regra, a votação será aberta ou por aclamação, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.	Renumeração do artigo.
§ 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.	§ 1º Os ocupantes de cargos estatutários, bem como quaisquer outros associados, não poderão votar nos assuntos de que tenham interesse direto ou indireto, entre os quais os relacionados à prestação de contas e à fixação de honorários, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.	N/A
§ 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 39, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.	§ 2º As deliberações na Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, exceto quando se tratar dos assuntos de competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária, enumerados no art. 35, quando serão necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.	N/A
SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE	SUBSEÇÃO III DA SESSÃO PERMANENTE	N/A



	Art. 32. A Assembleia Geral poderá ficar em sessão permanente até a solução dos assuntos a deliberar, desde que:	Renumeração do artigo.
I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;	I. sejam determinados o local, a data e a hora de prosseguimento da sessão;	N/A
II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;	II. conste da respectiva ata o quórum de instalação, verificado na abertura quanto no reinício;	N/A
III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.	III. seja respeitada a ordem do dia constante do edital.	N/A
Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.	Parágrafo único. Para continuidade da Assembleia Geral é obrigatória a publicação de novo edital de convocação, exceto se o lapso de tempo entre a suspensão e o reinício da reunião não possibilitar o cumprimento do prazo legal para essa publicação.	N/A
SEÇÃO IV DAS DELIBERAÇÕES	SEÇÃO IV DAS DELIBERAÇÕES	N/A
Art. 37. É de competência da Assembleia Geral deliberar sobre:	Art. 33. É de competência da Assembleia Geral deliberar, além do previsto nos arts. 34 e 35, sobre:	Renumeração do artigo e ajuste textual.
I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i> ;	I. aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da <i>Cooperativa</i> , o que poderá ser delegado ao Conselho de Administração;	Inclusão da possibilidade de delegar a responsabilidade ao Conselho de Administração.
II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;	II. destituição de membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;	N/A
III. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;	III. aprovação do regulamento eleitoral e da política de governança corporativa e demais políticas de alçada da Assembleia Geral exigidas pela regulamentação em vigor;	N/A
IV. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 12, § 3º deste Estatuto Social;	IV. julgamento de recurso de associado que não concordar com a eliminação, nos termos do art. 12, § 3º deste Estatuto Social;	N/A
V. filiação e demissão da <i>Cooperativa</i> à Cooperativa Central.	V. filiação e demissão da <i>Cooperativa</i> à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo.	Ajuste textual.
CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	CAPÍTULO III DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	N/A
Art. 38. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para	Art. 34. A Assembleia Geral Ordinária será realizada obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses do exercício social, para	Renumeração do artigo.



	deliberar sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:	
I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:	I. prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:	N/A
a) relatório da gestão;	a) relatório da gestão;	N/A
b) balanço;	b) balanço;	N/A
c) relatório da auditoria independente;	c) relatório da auditoria independente;	N/A
d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Cooperativa.	d) demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da <i>Cooperativa</i> .	N/A
II. destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;	II. a destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios, ou rateio das perdas verificadas no exercício findo;	Ajuste textual.
III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;	III. estabelecimento da fórmula de cálculo a ser aplicada na distribuição de sobras e no rateio de perdas com base nas operações de cada associado realizadas ou mantidas durante o exercício, excetuando-se o valor das quotas-partes integralizadas;	N/A
IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa, quando for o caso;	IV. eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa, quando for o caso;	N/A
V. — por ocasião da eleição ou quando necessária alteração, fixação do valor das cédulas de presença, honorários ou gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;	V. quando prevista a alteração, fixação do valor das cédulas de presença, dos honorários ou das gratificações dos membros do Conselho Fiscal;	Adequação ao modelo sistêmico.
VI. a cada início de mandato ou quando necessária alteração , aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva, prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;	VI. a cada início de mandato ou quando necessário, aprovação da política de remuneração dos ocupantes de cargos na Diretoria Executiva e no Conselho de Administração , prevendo o valor global para pagamento dos honorários, gratificações e/ou benefícios;	Adequação ao modelo sistêmico.
VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 39 deste Estatuto Social.	VII. quaisquer assuntos de interesse social, devidamente mencionados no edital de convocação, excluídos os enumerados no art. 35 deste Estatuto Social.	Ajuste na referência ao artigo em virtude das renumerações.



itábeis de encerramento do exercício.	Parágrafo único. A realização da Assembleia Geral Ordinária deverá respeitar um período mínimo de 10 (dez) dias após a divulgação das demonstrações contábeis de encerramento do exercício.	N/A
CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA	N/A
Art. 39. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da <i>Cooperativa</i> , desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:	Art. 35. A Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da <i>Cooperativa</i> , desde que mencionado em edital de convocação, tendo os seguintes assuntos de sua competência exclusiva:	Renumeração do artigo.
I. reforma do Estatuto Social;	I. reforma do Estatuto Social;	N/A
II. fusão, incorporação ou desmembramento;	II. fusão, incorporação ou desmembramento;	N/A
III. mudança do objeto social;	III. mudança do objeto social;	N/A
IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;	IV. dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;	N/A
V. prestação de contas do liquidante.	V. prestação de contas do liquidante.	N/A
Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.	Parágrafo único. São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, com direito a votar, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.	N/A
CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	CAPÍTULO V DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	N/A
SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	N/A
Art. 40. O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i> seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, bem como no respectivo regulamento eleitoral, devendo ser observadas também as seguintes condições para ocupação e exercício de cargo estatutário:	Art. 36. As condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade no tocante aos cargos estatutários da <i>Cooperativa</i> seguem o disposto na legislação e regulamentação em vigor, devendo ser observadas também as seguintes condições para a candidatura e ocupação e o exercício de cargo estatutário:	Ajuste na redação em virtude da aderência ao modelo do estatuto sistêmico.



	I. ser pessoa natural	Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 130, de 2009 e Resolução CMN nº 4.970, de 2021.
II. exceto no caso de diretor executivo, ser associado, pessoa natural da <i>Cooperativa</i> ;	II. ser associado da <i>Cooperativa</i> , exceto no caso de diretor executivo, desde que a maioria dos diretores seja composta por pessoas associadas;	Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar 130, de 2009.
III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;	III. não ser cônjuge ou companheiro(a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins, com integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;	Renumeração do inciso.
III. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;	IV. não estar em exercício de cargo político, nos termos da legislação eleitoral e deste Estatuto Social;	Renumeração do inciso.
IV. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i> , providências essas dispensadas nos casos de reeleição;	V. possuir capacitação técnica compatível com as atribuições do cargo, comprovada com base na formação acadêmica, experiência profissional ou em outros quesitos relevantes previstos em regras sistêmicas, por intermédio de documentos e declaração firmada pela <i>Cooperativa</i> ;	Ajuste textual para adequação ao modelo Estatuto Padrão.
V. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;	VI. cumprir o Pacto de Ética do Sicoob;	Renumeração do inciso.
	VII. não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicoob, salvo no caso de suspensão do contrato de trabalho de empregado que for eleito diretor na própria cooperativa;	Renumeração do inciso e adequação ao modelo sistêmico.
	VIII. não manter vínculo empregatício ou societário com pessoa jurídica da qual o conselheiro de administração ou fiscal ou o diretor da <i>Cooperativa</i> seja administrador ou controlador;	Renumeração do inciso e adequação ao modelo sistêmico.
VI. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.	VIII. para os cargos estatutários de administração, estar aderente à política de sucessão de administradores.	Renumeração do inciso.
§ 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo.	§ 1º Na hipótese de o membro do órgão estatutário ser indicado como candidato a cargo político eletivo, nos termos da legislação eleitoral, deverá apresentar pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na <i>Cooperativa</i> em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral, sob pena de vacância do cargo na <i>Cooperativa</i> .	Ajuste textual.



	§ 2º Para os fins do inciso IV deste artigo, entende-se por cargo político:	
	I. <i>posto eletivo</i> : aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Distrital e Federal, Senador, Governador e Presidente da República), conforme a legislação eleitoral vigente;	
	II. <i>membro de executiva partidária</i> : pessoas que, filiadas a determinado Partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no Partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;	Inclusão dos detalhamentos dos cargos políticos conforme modelo sistêmico.
	III. <i>posto nomeado, designado ou delegado</i> : agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Distritais e Municipais).	
§ 2º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 30 (<i>trinta</i>) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.	§ 3º Os membros dos órgãos estatutários serão investidos em seus cargos mediante termo de posse em até, no máximo, 30 (<i>trinta</i>) dias, contados da aprovação da eleição pelo Banco Central do Brasil, e permanecerão em exercício até a posse de seus substitutos.	Renumeração do artigo.
§ 3º Para ser eleito Conselheiro de Administração, o associado deverá ter atuado por, no mínimo, 02 (dois) anos como membro efetivo ou suplente do Conselho de Administração ou Fiscal de alguma cooperativa e, nestes 02 (dois) anos, pelo menos 01 (um) ano tenha atuado como conselheiro efetivo ou suplente de cooperativa de crédito singular.	§ 4º O processo eleitoral segue o disposto no Regulamento Eleitoral aprovado pela Assembleia Geral.	Inclusão de parágrafo para fazer referência às regras do Regulamento Eleitoral. A Central Sicoob São Paulo solicita para incluir no Regulamento Eleitoral, com o intuito de seguirmos o Estatuto Social Padrão.
SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A
SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	N/A



Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e os demais conselheiros vogais, os associados da Cooperativa.	Art. 37. O Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral, é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, vedada a constituição de membro suplente.	Renumeração de artigo e ajuste textual para fazer constar a vedação de constituição de membro suplente no Conselho de Administração.
Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração, incluindo o presidente, o vice-presidente e o Secretário, serão eleitos conforme os respectivos cargos descritos no registro da chapa, seguindo o disposto no regulamento eleitoral.	Parágrafo único. Os membros do Conselho de Administração, incluindo o presidente, o vice-presidente e o Secretário, serão eleitos conforme os respectivos cargos descritos no registro da chapa, seguindo o disposto no regulamento eleitoral.	N/A
Art. 42. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (<i>quatro</i>) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.	Art. 38. O mandato do Conselho de Administração é de 4 (<i>quatro</i>) anos, sendo obrigatória, ao término de cada período, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros.	Renumeração do artigo.
Parágrafo único. O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.	§ 1º O mandato dos conselheiros de administração estender-se-á até a posse dos seus substitutos.	Renumeração do parágrafo em virtude da inclusão do § 2º.
	§ 2º O prazo máximo de mandatos consecutivos exercidos pelos membros do Conselho de Administração observará a regulamentação em vigor, respeitada a política sistêmica e/ou interna da cooperativa sobre renovação de membros do Conselho.	Em cumprimento ao disposto na Resolução CMN nº 5.051, de 2022.
SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SUBSEÇÃO II DAS REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A
Art. 43. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, ou da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:	Art. 39. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente, da maioria do Conselho de Administração ou pelo Conselho Fiscal:	Renumeração do artigo.
I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros;	I. as reuniões se realizarão com a presença mínima de metade mais um dos membros, considerando sempre o número inteiro imediatamente superior em caso de fração;	Ajuste textual para adequação ao Estatuto Social padrão.
II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;	II. as deliberações serão tomadas pela maioria simples de votos dos presentes;	N/A



III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.	III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes serão consignados em atas.	N/A
§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.	§ 1º O presidente do Conselho de Administração votará com o fim único e exclusivo de desempatar a votação.	N/A
§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.	§ 2º Deve abster-se da discussão e votação o membro que tiver qualquer conflito de interesse em determinada deliberação.	N/A
SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SUBSEÇÃO III DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DE CARGOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A
Art. 44. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:	Art. 40. Para ausências, impedimentos e vacância de cargos do Conselho de Administração, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:	Renumeração do artigo.
I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente;	I. nas ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o presidente do Conselho de Administração será substituído pelo vice-presidente;	N/A
II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;	II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias corridos ou na vacância dos cargos de presidente e de vice-presidente, o Conselho de Administração designará substitutos escolhidos entre seus membros;	N/A
III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:	III. constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro de administração:	N/A
a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;	a) morte ou incapacidade que impossibilite o conselheiro de exprimir sua vontade ou desempenhar suas atribuições;	N/A
b) renúncia;	b) renúncia;	N/A
c) destituição;	c) destituição;	N/A
d) não comparecimento, sem a devida justificativa a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;	d) não comparecimento, sem a devida justificativa, a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o exercício social;	N/A



	e) patrocínio, como parte ou procurador, de ação judicial contra a própria Cooperativa ou a Central, salvo aquelas que visem o exercício do próprio mandato;	N/A
f) desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i> ;	f) desligamento do quadro de associados da <i>Cooperativa</i> ;	N/A
	g) não apresentação de pedido de afastamento (ausência temporária) das funções na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da solicitação do registro da candidatura na Justiça Eleitoral;	Inclusão de regra para comunicação de ausência temporária, conforme Estatuto Social Padrão.
g) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político.	h) diplomação, eleição ou nomeação para cargo político nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 36 deste Estatuto Social;	Ajuste textual para a correta referência aos tipos de cargos políticos, conforme Estatuto Social Padrão.
	i) não solução, no prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias, contados da comunicação da Central, de eventuais pendências de caráter definitivo em seu nome, envolvendo protesto de títulos, cobranças judiciais, emissão de cheques sem fundos, inadimplemento de obrigações e outras ocorrências ou circunstâncias análogas.	Inclusão de regra para vacância automática, conforme Estatuto Social Padrão.
§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.	§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo eletivo em caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho de Administração.	N/A
§ 2º Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.	§ 2º Ficando vagos, por qualquer tempo, metade ou mais dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser convocada, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ocorrência, Assembleia Geral para o preenchimento dos cargos vagos.	N/A
§ 3º Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.	§ 3º Nos termos do parágrafo anterior, até que sejam preenchidos os cargos vagos, o quórum para instalação das reuniões será metade mais um dos membros em exercício.	N/A
§ 4º Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.	§ 4º Os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.	N/A
	§ 5º A análise quanto ao caráter definitivo ou não da pendência de que trata a alínea “i” do inciso III do <i>caput</i> deste artigo cabe à Central, a partir das	Inclusão de regra, conforme Estatuto Social Padrão.



SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	SUBSEÇÃO IV DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N/A
Art. 45. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas às decisões da Assembleia Geral:	Art. 41. Compete ao Conselho de Administração, nos limites legais e deste Estatuto Social, atendidas às decisões da Assembleia Geral:	Renumeração do artigo.
I. fixar a orientação geral e estratégica e os objetivos da <i>Cooperativa</i> , acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral e o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> ;	I. fixar a orientação geral e estratégica, assim como os objetivos da Cooperativa, acompanhando e avaliando mensalmente a sua execução, o desenvolvimento das operações e atividades em geral, e o estado econômico-financeiro da Cooperativa;	N/A
II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos, bem como fixar suas atribuições e remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração dos membros da Diretoria Executiva ;	II. eleger, reconduzir ou destituir, a qualquer tempo e por maioria simples, os diretores executivos e de outros comitês técnicos exigidos pela legislação e regulamentação vigentes, bem como fixar suas atribuições e sua remuneração, limitada ao valor global definido pela Assembleia Geral e conforme a política de remuneração vigente;	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.
III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social e autorizar, previamente, a Diretoria Executiva a praticar quaisquer atos que ultrapassem os respectivos poderes de gestão;	III. fiscalizar a gestão dos diretores executivos, bem como conferir-lhes atribuições específicas e de caráter eventual não previstas neste Estatuto Social;	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.
IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;	IV. aprovar o Regimento Interno do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;	N/A
V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;	V. propor à Assembleia Geral quaisquer assuntos para deliberação;	N/A
VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates);	VI. deliberar sobre alocação e aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), podendo a aplicação ser delegada à Diretoria Executiva;	Inclusão da possibilidade de delegar a atribuição de alocação de recursos do FATES para a Diretoria Executiva.
VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;	VII. analisar e submeter à Assembleia Geral proposta sobre a criação de outros fundos;	N/A
VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos;	VIII. deliberar sobre a criação de comitês consultivos subordinados ao Conselho de Administração;	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.



	IX. propor à Assembleia Geral a participação da Cooperativa no capital de instituições não cooperativas;	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.
	X. aprovar a subscrição de capital no Banco Sicoob ou em outras entidades do Centro Cooperativo Sicoob (CCS);	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.
X. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;	XI. manifestar-se sobre o relatório da administração e a prestação de contas da Diretoria Executiva;	Renumeração do inciso.
XI. deliberar sobre a admissão , a eliminação, a exclusão, ou a readmissão de associados, podendo para tanto, outorgar poderes à Diretoria Executiva, para deliberarem sobre o assunto e/ou aplicar, por escrito, advertência prévia;	XII. deliberar sobre a eliminação de associados, podendo aplicar, por escrito, advertência prévia;	Renumeração do inciso e ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.
XII. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados, inclusive se o resgate for parcial;	XIII. deliberar sobre a forma e o prazo de resgate das quotas-partes de associados;	Renumeração do inciso e ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.
XIII. escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;	XIV. escolher e destituir os auditores independentes, na forma da regulamentação em vigor;	Renumeração do inciso.
XIV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que lhes forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e às providências cabíveis;	XV. acompanhar e determinar providências para saneamento dos apontamentos das áreas de Auditoria, Supervisão e Controles Internos, bem como acompanhar e apurar irregularidades praticadas no âmbito da Cooperativa, especialmente as que forem encaminhadas pelo Conselho Fiscal e pela Auditoria, e determinar medidas visando às apurações e as providências cabíveis;	Renumeração do inciso e Ajuste textual para inclusão da área de Supervisão, conforme Estatuto Social Padrão.
XV. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;	XVI. garantir que as operações de crédito e garantias concedidas aos membros de órgãos estatutários, bem como a pessoas físicas e jurídicas que mantenham relação de parentesco ou de negócios com aqueles membros, possam observar procedimentos de aprovação e controle idênticos aos dispensados às demais operações de crédito;	Renumeração do inciso.
XVI. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a <i>Cooperativa</i> e a Cooperativa Central a qual estiver filiada;	XVII. acompanhar e adotar medidas para a eficácia da cogestão, quando adotada, nos termos do convênio firmado entre a Cooperativa e a Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo;	Renumeração do inciso e ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.



	XVIII. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, o que poderá ser delegado à Diretoria Executiva;	Renumeração do inciso e ajuste textual, possibilitando a delegação da atribuição à Diretoria Executiva.
XVIII. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs);	XIX. deliberar sobre abertura e fechamento de Postos de Atendimento (PAs) e Unidades Administrativas Desmembradas (UADs);	Renumeração do inciso.
XIX. fixar diretrizes, examinar e aprovar os orçamentos, os planos periódicos de trabalho, acompanhando a execução;	XX. deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração dos bens imóveis de uso próprio da Cooperativa, exceto a sua sede, quando delegado pela Assembleia Geral.	Inclusão face adequação ao modelo sistêmico.
XX. aprovar e divulgar, por meio de resolução, as políticas da Cooperativa, o Planejamento Estratégico, o Plano de Continuidade de Negócios da Cooperativa, Manuais, Regulamentos e Regimento Interno, Organograma Geral, Alçadas Administrativas e Alçadas Operacionais;		
XXI. aderir e acompanhar o cumprimento das políticas, das diretrizes de atuação sistêmica e demais normativos publicados pelo Sicoob Confederação;		
XXII. estabelecer normas internas em casos omissos e se for o caso, submetê-las à deliberação da Assembleia Geral;		
XXIII. deliberar, sempre na última reunião do exercício em curso, o pagamento de juros sobre o capital para o próximo exercício, após a análise da evolução econômica da cooperativa no exercício.		
§ 1º Os membros do Conselho de Administração respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela cooperativa durante sua gestão, até que se cumpram, circunscrevendo-se a responsabilidade solidária ao montante dos prejuízos.		
§ 2º O Conselho de Administração é também investido de poderes para deliberar sobre todos os atos de gestão, podendo invocar para si as decisões de outras alçadas da administração, com exceção da assembleia geral, inclusive, para transigir e contrair obrigações, dar garantias e empenhar bens e direitos, bem		



ciados.		
Art. 46. Compete ao presidente do Conselho de Administração:	Art. 42. Compete ao presidente do Conselho de Administração:	Renumeração do artigo.
I. representar a <i>Cooperativa</i> , com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais da Cooperativa Central, do Banco Sicoob, do Sistema OCB e outras entidades de representação do cooperativismo;	I. representar a <i>Cooperativa</i> , com direito a voto, nas reuniões e nas Assembleias Gerais da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo , do Banco Sicoob, do Sistema OCB e de outras entidades de representação do cooperativismo;	Ajuste textual.
II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;	II. convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho de Administração;	N/A
III. decidir, ad referendum do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;	III. decidir, <i>ad referendum</i> do Conselho de Administração, sobre matéria urgente e inadiável, submetendo a decisão à deliberação do colegiado, na primeira reunião subsequente ao ato;	N/A
IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;	IV. designar responsável para organizar, secretariar e administrar as reuniões do Conselho de Administração;	N/A
V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;	V. aplicar as advertências estipuladas pelo Conselho de Administração;	N/A
VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.	VI. tomar votos e votar, com a finalidade do desempate, nas deliberações do Conselho de Administração.	N/A
§ 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.	§ 1º Na impossibilidade de representação pelo vice-presidente, o presidente do Conselho de Administração poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar a membro da Diretoria Executiva, a representação prevista no inciso I.	N/A
§ 2º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.	§ 2º É atribuição do vice-presidente do Conselho de Administração substituir o presidente e exercer as respectivas competências.	N/A
§ 3º O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.	§ 3º O presidente poderá, mediante autorização do Conselho de Administração, com o respectivo registro em ata, delegar competências ao vice-presidente.	N/A
SEÇÃO III	SEÇÃO III	N/A



	DA DIRETORIA EXECUTIVA	
SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	SUBSEÇÃO I DA SUBORDINAÇÃO, DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	N/A
Art. 47. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, será composta por 3 (três) diretores, sendo um Diretor Financeiro, um Diretor Administrativo e um Diretor de Negócios.	Art. 43. A Diretoria Executiva, órgão subordinado ao Conselho de Administração, é composta por 3 (três) diretores, que poderão ser associados ou não, desde que a maioria dos diretores seja composta de pessoas naturais associadas , sendo um Diretor Financeiro, um Diretor Administrativo e um Diretor de Negócios.	Renumeração do artigo e ajuste textual para cumprir o disposto na Lei Complementar nº 130, de 2009.
§ 1º. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.	Parágrafo único. É vedado o exercício simultâneo de cargos no Conselho de Administração e na Diretoria Executiva.	Ajuste textual em virtude da exclusão do § 2º.
§ 2º O Conselho de Administração dará posse à Diretoria Executiva em no máximo 30 (trinta) dias corridos após a aprovação e homologação pelo Banco Central do Brasil, mediante registro em Ata de reunião convocada especificamente para este fim.		
§ 3º Ocorrendo substituições de Diretores no exercício do mandato, os substitutos exercerão os cargos somente até o final do mandato dos substituídos.		
Art. 48. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.	Art. 44. O prazo de mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 4 (quatro) anos podendo haver recondução, a critério do Conselho de Administração.	Renumeração do artigo.
Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.	Parágrafo único. O mandato dos diretores executivos estender-se-á até a posse dos seus substitutos.	N/A
SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA	SUBSEÇÃO II DAS AUSÊNCIAS, DOS IMPEDIMENTOS E DA VACÂNCIA DA DIRETORIA EXECUTIVA	N/A
Art. 49. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:	Art. 45. Para ausências e impedimentos de cargos da Diretoria Executiva, a <i>Cooperativa</i> deve observar as seguintes disposições:	N/A
I. N as ausências ou impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Financeiro será substituído, nesta	I. n as ausências ou nos impedimentos temporários iguais ou inferiores a 60 (sessenta) dias corridos, o Diretor Financeiro será substituído, nesta ordem,	Adequação textual, conforme Estatuto Social Padrão.



caso acumulação de cargos.	pelo Diretor Administrativo ou Diretor de Negócios, o qual continuará respondendo pela sua área, acumulando ambos os cargos;	
II. nas ausências ou impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 30 (trinta) dias da data da ocorrência.	II. nas ausências ou nos impedimentos superiores a 60 (sessenta) dias ou com período incerto ou em caso de vacância, o Conselho de Administração elegerá o substituto, no prazo de até 90 (noventa) dias da data da ocorrência.	Majoração do prazo para recomposição da Diretoria Executiva de 30 para 90 dias em caso de vacância, devido aos trâmites operacionais, estatutários, estratégicos, visando o cumprimento das diretrizes da IN BCB nº 453, de 2024.
§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor nos termos deste Estatuto Social, diretor este que continuará respondendo pela sua área, havendo nesse caso acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.	§ 1º A diretora gestante, adotante ou que obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, poderá se afastar por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sendo, neste caso, substituída por outro diretor, nos termos deste Estatuto Social. O diretor substituto continuará respondendo pela sua área, havendo, nesse caso, acumulação de cargos, cabendo-lhe dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão.
§ 2º O disposto no § 1º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.	§ 2º O disposto no § 1º anterior aplica-se também ao diretor adotante unilateral.	N/A
§ 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 44 deste Estatuto Social.	§ 3º Naquilo que couber, aplicam-se aos diretores executivos as hipóteses de vacância automática previstas no inciso III do art. 40 deste Estatuto Social.	Correção na referência do artigo.
§ 4º Em qualquer caso, o substituto exercerá o mandato até o final do mandato do substituído.		
SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA	SUBSEÇÃO III DAS COMPETÊNCIAS DA DIRETORIA EXECUTIVA	N/A
Art. 50 . São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir:	Art. 46. São competências da Diretoria Executiva e de seus respectivos diretores executivos, conforme os incisos a seguir:	N/A
I. Diretoria Executiva:	I. Diretoria Executiva:	N/A
a) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;	a) adotar medidas para o cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, bem como garantir a implementação de medidas que mitiguem os riscos inerentes à atividade da Cooperativa;	N/A



	b) supervisionar as atividades relacionadas a riscos, com o apoio do gerenciamento centralizado realizado pelo Sicoob Confederação;	N/A
c) elaborar orçamentos para deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;	c) elaborar orçamentos para a deliberação do Conselho de Administração, bem como mantê-lo informado por meio de relatórios mensais sobre o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;	N/A
d) aprovar a admissão de associados, quando delegado pelo Conselho de Administração;		
e) deliberar sobre a contratação de empregados, <i>os quais não poderão ser parentes entre si ou dos membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, até 2º grau, em linha reta ou colateral</i> e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;	d) deliberar sobre a contratação de empregados e fixar atribuições, alçadas e salários, bem como contratar prestadores de serviços;	
f) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários e à estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i>;	e) avaliar a atuação dos empregados, adotando as medidas apropriadas, e propor ao Conselho de Administração qualquer assunto relacionado ao plano de cargos e salários, e à estrutura organizacional da <i>Cooperativa</i> ;	Renumeração da alínea.
g) aprovar e divulgar normativos operacionais internos da <i>Cooperativa</i>;	f) aprovar e divulgar normativos operacionais internos da <i>Cooperativa</i> ;	Renumeração da alínea.
h) adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos da Cooperativa Central e das áreas de Auditoria e Controles Internos.	g) adotar medidas para cumprimento das diretrizes fixadas no Planejamento Estratégico e para saneamento dos apontamentos da Cooperativa Central <i>de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo</i> , e das áreas de Auditoria, <i>Supervisão</i> e Controles Internos;	Renumeração da alínea e ajuste da redação, conforme Estatuto Social Padrão.
i) contrair obrigações, transigir, ceder direitos e constituir mandatários, sempre em conjunto, ou em conjunto com mandatário, sendo que para outorga de mandato, deverão assinar dois diretores da cooperativa, observadas as disposições constantes neste estatuto;	h) deliberar sobre a aquisição, alienação, doação e/ou oneração de quaisquer bens móveis, bem como de imóveis não de uso próprio, quando delegado pelo Conselho de Administração;	Inclusão da responsabilidade em virtude da possibilidade da delegação por parte do Conselho de Administração
j) zelar para que padrões de ética e de conduta profissional façam parte da cultura organizacional e que sejam observados por todos os empregados;	i) outorgar mandatos a empregado da <i>Cooperativa</i> ou a advogado, estabelecendo poderes específicos, extensão e validade do mandato, quando for o caso.	Inclusão conforme Estatuto Social Padrão.



ratos e/ou títulos de crédito, autorizar a emissão de ordens de pagamento, sferência interbancária de recursos, assinar recibos, cartas de cobrança, ficações e dar quitações a quaisquer contratos e/ou títulos de crédito, bem o assinar outros contratos, correspondências e outros papéis, podendo para o, outorgar procuração a empregados.		
II. diretor financeiro, o principal diretor executivo da <i>Cooperativa</i> :	II. Diretor Financeiro, o principal diretor executivo da <i>Cooperativa</i> :	
a) representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I do artigo 46, deste Estatuto Social;	a) representar a <i>Cooperativa</i> passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no art. 42, I, deste Estatuto Social;	Ajuste na redação para a correta referência do artigo, em virtude da renumeração.
	b) abrir, movimentar, encerrar contas bancárias e realizar pagamentos da <i>Cooperativa</i> , de forma isolada ou em conjunto com outro Diretor Executivo;	Inclusão da responsabilidade conforme Estatuto Social Padrão/sistêmico.
b) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i> ;	c) conduzir o relacionamento com terceiros no interesse da <i>Cooperativa</i> ;	Renumeração da alínea.
c) coordenar, junto com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando à eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;	d) coordenar, com os demais diretores, as atribuições da Diretoria Executiva, visando a eficiência e transparência no cumprimento das diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;	Renumeração da alínea.
d) supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da Cooperativa;	e) supervisionar as operações e as atividades e verificar, tempestivamente, o estado econômico-financeiro da <i>Cooperativa</i> ;	Renumeração da alínea.
e) outorgar mandato a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;	f) convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;	Ajuste das responsabilidades em virtude da aderência ao modelo sistêmico.
f) resolver os casos omissos, em conjunto com outro diretor;	g) auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembleia Geral;	Ajuste das responsabilidades em virtude da aderência ao modelo sistêmico.
g) coordenar ou executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;	h) cumprir com as atribuições definidas em regimento interno.	Ajuste das responsabilidades em virtude da aderência ao modelo sistêmico.
h) assessorar os demais diretores executivos nos assuntos de sua área;		
i) zelar pela segurança dos recursos financeiros e outros valores mobiliários.		



k) elaborar as análises sobre a evolução das operações ao Conselho de Administração;		
l) responsabilizar-se pelos cadastros e manutenção de contas de depósitos.		
III. Diretor Administrativo:	III. Diretor Administrativo:	N/A
a) assessorar os demais diretores executivos em assuntos de sua área;	a) assessorar os demais diretores executivos em assuntos de sua área;	N/A
b) substituir o Diretor Financeiro, nas hipóteses previstas neste Estatuto;	b) substituir o Diretor Financeiro, nas hipóteses previstas neste Estatuto;	N/A
c) resolver os casos omissos, em conjunto com outro diretor;	c) resolver os casos omissos, em conjunto com outro diretor;	N/A
d) coordenar e executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;	d) coordenar e executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;	N/A
e) outorgar mandato a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso.	e) outorgar mandato a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso.	N/A
f) convocar e coordenar as reuniões da Diretoria Executiva;		
g) lavrar ou coordenar a lavratura das atas das reuniões da diretoria executiva;		
h) auxiliar o presidente do Conselho de Administração nos trabalhos relativos à Assembleia Geral;		
i) decidir, em conjunto com outro diretor, sobre a admissão e a demissão de empregados;	f) decidir, em conjunto com outro diretor, sobre a admissão e a demissão de empregados;	
j) dirigir os assuntos relacionados às atividades de Controles Internos e Riscos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;	g) dirigir os assuntos relacionados às atividades de Governança, Riscos e Compliance, bem como Controles Internos, de forma a assegurar conformidade com as políticas internas e exigências regulamentares;	Ajuste textual para inclusão das atividades de GRC.
k) dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos, materiais e patrimoniais;	h) dirigir as atividades administrativas no que tange às políticas de recursos humanos, tecnológicos, materiais e patrimoniais;	Ajuste da alínea.
l) coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir ao Conselho de Administração medidas que julgar convenientes;		



lamentares;	i) gerir os assuntos relacionados à Política de Prevenção à Lavagem de dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), fazendo cumprir às determinações regulamentares;	Ajuste da alínea.
n) coordenar ou executar as atividades relacionadas às ocorrências de Ouvidoria e/ou registros de denúncias, reclamações e pedidos de informações;	j) coordenar ou executar as atividades relacionadas às ocorrências de Ouvidoria e/ou registros de denúncias, reclamações e pedidos de informações;	Ajuste da alínea.
o) representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I do artigo 46, deste Estatuto Social.	k) representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I do artigo 42, deste Estatuto Social.	Ajuste da alínea.
IV. Diretor de Negócios:	IV. Diretor de Negócios:	N/A
a) assessorar os demais diretores executivos nos assuntos de sua área;	a) assessorar os demais diretores executivos nos assuntos de sua área;	N/A
b) substituir o Diretor Administrativo, nas hipóteses previstas neste Estatuto;	b) substituir o Diretor Administrativo, nas hipóteses previstas neste Estatuto;	N/A
c) responder a estratégia comercial da cooperativa, coordenando as atividades comerciais;	c) responder a estratégia comercial da cooperativa, coordenando as atividades comerciais;	N/A
d) desenvolver atividades que visem o crescimento sustentado dos negócios da Cooperativa;	d) desenvolver atividades que visem o crescimento sustentado dos negócios da Cooperativa;	N/A
e) desenvolver atividades de marketing visando o desenvolvimento de negócios da Cooperativa;	e) desenvolver atividades de marketing visando o desenvolvimento de negócios da Cooperativa;	N/A
f) resolver os casos omissos, em conjunto com outro diretor;	f) resolver os casos omissos, em conjunto com outro diretor;	N/A
g) coordenar e executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;	g) coordenar e executar outras atividades não previstas neste Estatuto Social, determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral;	N/A
h) outorgar mandato a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;	h) outorgar mandato a empregado da Cooperativa ou a advogado, juntamente com outro diretor, estabelecendo poderes, extensão e validade do mandato, quando for o caso;	N/A
i) representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I do artigo 45, deste Estatuto Social;	i) representar a Cooperativa passiva e ativamente, em juízo ou fora dele, salvo a representação prevista no inciso I do artigo 42, deste Estatuto Social;	N/A



correspondentes às atividades fins da cooperativa;	j) coordenar o setor de crédito ativo e passivo da cooperativa, a oferta de serviços e a movimentação de capital, dirigindo as funções correspondentes às atividades fins da cooperativa;	N/A
k) deferir dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração para sua alçada, as operações de crédito geral da cooperativa.	k) deferir dentro dos limites que forem fixados pelo Conselho de Administração para sua alçada, as operações de crédito geral da cooperativa.	N/A
	l) coordenar o desenvolvimento das atividades sociais e sugerir ao Conselho de Administração medidas que julgar convenientes.	Inclusão da responsabilidade da área de Marketing e Investimento Social.
Parágrafo único. As atribuições designadas a cada diretor executivo deverão evitar possível conflito de interesses, bem como observar as normas vigentes sobre segregação obrigatória de funções por área de atuação.	§ 1º As atribuições designadas a cada diretor executivo, por meio do regimento interno, observarão as normas vigentes de segregação obrigatória de funções por área de atuação, nos termos dos normativos regulamentares vigentes, inclusive sistêmicos.	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão/sistêmico.
	§ 2º A outorga de mandato a empregado ou a prestador de serviço da Cooperativa deverá ser realizada, conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, ressalvada a outorga de mandato a advogado(a), que poderá ser realizada por apenas 1 (um) Diretor.	Inclusão conforme Estatuto Social Padrão/sistêmico.
SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO	SUBSEÇÃO IV DA OUTORGA DE MANDATO	N/A
Art. 51. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Cooperativa</i> :	Art. 47. O mandato outorgado pelos diretores a empregado da <i>Coopetiva</i> :	Renumeração do artigo.
I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judicia</i> ;	I. não poderá ter prazo de validade superior ao de gestão dos outorgantes, salvo o mandato <i>ad judicia</i> ;	N/A
II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados.	II. deverá especificar e limitar os poderes outorgados.	N/A
III. por meio de procuração <i>ad judicia et extra</i> , servirá para o exercício de finalidades específicas ou para outros fins, a empregados para representarem a Cooperativa nos atos administrativos e operações para o célere desenvolvimento de suas atividades diárias.	III. por meio de procuração <i>ad judicia et extra</i> , servirá para o exercício de finalidades específicas ou para outros fins, a empregados para representarem a Cooperativa nos atos administrativos e operações para o célere desenvolvimento de suas atividades diárias.	N/A



utivo da Cooperativa Central.	Parágrafo único. O Conselho de Administração poderá autorizar a outorga excepcional, pelos diretores executivos, de mandato a empregado, diretor executivo ou prestador de serviço da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo ou de outras entidades do Sicoob que desempenham atividades para a Cooperativa.	Aderência ao modelo sistêmico.
Art. 52. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos, ressalvada a hipótese de outorga de mandato.	Art. 48. Quaisquer documentos constitutivos de obrigação da <i>Cooperativa</i> deverão ser assinados por 2 (dois) diretores executivos.	Renumeração do Artigo e Ajuste textual, conforme estatuto social padrão/sistêmico.
Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.	Parágrafo único. Em caso de vacância que impossibilite a assinatura por 2 (dois) diretores, os atos descritos no <i>caput</i> deste artigo poderão ser praticados por apenas 1 (um) diretor até a posse do diretor substituto, cabendo ao diretor remanescente dar conhecimento ao Conselho de Administração dos atos por ele praticados.	N/A
SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL	SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL	N/A
SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO	N/A
Art. 53. A administração da <i>Cooperativa</i> será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 3 (<i>três</i>) anos pela Assembleia Geral.	Art. 49. A administração da <i>Cooperativa</i> será fiscalizada por Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, todos associados, eleitos a cada 3 (<i>três</i>) anos pela Assembleia Geral.	Renumeração do artigo.
§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.	§ 1º A cada eleição deve haver a renovação de, pelo menos, 1 (um) membro efetivo.	N/A
§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.	§ 2º O mandato dos conselheiros fiscais estender-se-á até a posse dos seus substitutos.	N/A
SUBSEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL	SUBSEÇÃO II DA VACÂNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO FISCAL	N/A
Art. 54. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas nos incisos do art. 44 deste	Art. 50. Constituem, entre outras, hipóteses de vacância automática do cargo de conselheiro fiscal as mesmas hipóteses elencadas no inciso III do art. 40 deste	Renumeração do artigo e a correta referência ao artigo da vacância.



	Estatuto Social.	
§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo no caso de não comparecimento a reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.	§ 1º Para que não haja vacância automática do cargo em caso de não comparecimento as reuniões, as justificativas para as ausências deverão ser formalizadas, registradas em ata e aceitas pelos demais membros do Conselho Fiscal.	Ajuste textual.
§ 2º Sendo constatadas a qualquer momento, quaisquer irregularidades quanto às condições para a candidatura e/ou exercício dos cargos de qualquer dos membros do Conselho Fiscal, deverá o Conselho de Administração determinar a interrupção imediata do mandato em dissonância com o presente Estatuto, bem como deverá destituir do cargo o associado eleito para conselheiro fiscal, seja efetivo ou suplente.		
§ 3º No caso de vacância, será efetivado o membro suplente.	§ 2º No caso de vacância, será efetivado o membro suplente.	Renumeração do parágrafo.
	§ 3º Ocorrendo 1 (uma) ou mais vacâncias no Conselho Fiscal, o presidente do Conselho de Administração convocará Assembleia Geral para o preenchimento dessa(s) vaga(s), no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de constatação do fato.	Inclusão de regra para recomposição do Conselho Fiscal, conforme Estatuto Social Padrão/sistêmico.
SUBSEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL	SUBSEÇÃO III DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL	N/A
Art. 55. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:	Art. 51. O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, em dia e hora previamente marcados, e, extraordinariamente, sempre que necessário, por proposta de qualquer um de seus integrantes, observando-se em ambos os casos as seguintes normas:	Renumeração do artigo.
I. as reuniões se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros;	I. as reuniões se realizarão sempre com a presença de 3 (três) membros;	N/A
II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;	II. as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos presentes;	N/A
III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.	III. os assuntos tratados e as deliberações resultantes constarão de ata.	N/A



n) secretário para lavrar as atas.	§ 1º Na primeira reunião, os membros efetivos do Conselho Fiscal escolherão entre si 1 (um) coordenador para convocar e dirigir os trabalhos das reuniões e 1 (um) secretário para lavrar as atas.	N/A
§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.	§ 2º As reuniões poderão ser convocadas por qualquer um de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva ou da Assembleia Geral.	N/A
§ 3º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, mediante autorização prévia do Coordenador , sem direito a voto e remuneração , exceto se comparecer por convocação, para substituir membro efetivo.	§ 3º O membro suplente poderá participar das reuniões e das discussões dos membros efetivos, sem direito a voto, exceto se comparecer, por convocação, para substituir membro efetivo.	Ajuste textual, conforme estatuto social padrão/sistêmico.
SUBSEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL	SUBSEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL	N/A
Art. 56. Compete ao Conselho Fiscal:	Art. 52 Compete ao Conselho Fiscal:	Renumeração do artigo.
I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;	I. fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;	N/A
II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da <i>Cooperativa</i> ;	II. opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à incorporação, à fusão ou ao desmembramento da Cooperativa;	N/A
III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela <i>Cooperativa</i> ;	III. analisar as demonstrações contábeis elaboradas periodicamente pela Cooperativa;	N/A
IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;	IV. opinar sobre a regularidade das contas da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, elaborando o respectivo parecer, que conterà, se for o caso, os votos dissidentes;	N/A
V. inteirar-se dos relatórios de auditoria e verificar se as observações neles contidas foram consideradas pelos órgãos de administração e convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso, sempre que preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;	V. convocar os auditores internos e os auditores cooperativos ou independentes, conforme o caso, sempre que for preciso, para prestar informações necessárias ao desempenho de suas funções;	Ajuste textual, conforme Estatuto Social Padrão/Sistêmico.



	VI. convocar Assembleia Geral Extraordinária nas circunstâncias previstas neste Estatuto Social;	N/A
VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;	VII. comunicar, por meio de qualquer de seus membros, aos órgãos de administração, à Assembleia Geral e ao Banco Central do Brasil, os erros materiais, fraudes ou crimes de que tomarem ciência, bem como a negativa da administração em fornecer-lhes informação ou documento;	N/A
VIII. aprovar o próprio regimento interno;	VIII. aprovar o próprio Regimento Interno.	Ajuste textual.
IX. verificar nas atas e outros registros, se as decisões adotadas estão sendo corretamente implementadas;		Exclusão face aderência ao modelo de estatuto social padrão e devido às atribuições estarem dispostas no Regimento Interno do Conselho Fiscal.
X. observar se o Conselho de Administração se reúne regularmente e se existem cargos vagos na composição daquele colegiado, que necessitem preenchimento, bem como se foram lavradas as respectivas atas de reuniões;		
XI. inteirar-se do cumprimento das obrigações da Cooperativa em relação às autoridades monetárias, fiscais, trabalhistas ou administrativas e aos associados e verificar se existem pendências;		
XII. avaliar a execução da política de risco de crédito e a regularidade do recebimento de créditos;		
XIII. examinar mensalmente se as garantias prestadas e empréstimos concedidos estão adequados às normas estabelecidas pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e regulamentos, assim como se foram operadas análises de crédito compatíveis para as respectivas operações, as quais prezem pela quantificação do risco e margem de segurança para as operações da cooperativa;		
XIV. averiguar a atenção dispensada pelos diretores executivos às reclamações dos associados;		
XV. exigir dos órgãos de administração ou de quaisquer de seus membros, relatórios específicos, declarações por escrito ou prestação de		



XVI. verificar se a cooperativa se mantém adequada às normas regulamentares publicadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, bem como as determinações do Banco Cooperativo do Brasil, do Sicoob Confederação e pela Cooperativa Central, advertindo por escrito o Conselho de Administração, no caso de infringência;		
XVII. pronunciar-se sobre a regularidade dos atos praticados pelos órgãos de administração e informar sobre eventuais pendências à Assembleia Geral Ordinária;		
Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da <i>Cooperativa</i> , ou da assistência de técnicos externos, a expensas da <i>Cooperativa</i> , quando a importância ou a complexidade dos assuntos o exigirem.	Parágrafo único. No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá valer-se de informações constantes no relatório da Auditoria Interna, da Auditoria Independente, do Controles Internos, dos diretores ou dos empregados da <i>Cooperativa</i> , ou da assistência de técnicos externos, às expensas da <i>Cooperativa</i> , quando a importância ou a complexidade dos assuntos exigirem.	Ajuste textual.
TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO	TÍTULO VI DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO	N/A
Art. 57. Além de outras hipóteses previstas em lei, a <i>Cooperativa</i> dissolve-se de pleno direito:	Art. 53. Além de outras hipóteses previstas em lei, a <i>Cooperativa</i> dissolve-se de pleno direito:	Renumeração do artigo.
I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;	I. quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;	N/A
II. pela alteração de sua forma jurídica;	II. pela alteração de sua forma jurídica;	N/A
III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;	III. pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a Assembleia Geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;	N/A



	IV. pelo cancelamento da autorização para funcionar;	N/A
V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.	V. pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.	N/A
Art. 58. A liquidação da <i>Cooperativa</i> obedece às normas legais e regulamentares próprias.	Art. 54. A liquidação da <i>Cooperativa</i> obedece a normas legais e regulamentares próprias.	Renumeração do artigo.
TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	TÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	N/A
Art. 59. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da <i>Cooperativa</i> , poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos aos ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.	Art. 55. As reuniões dos órgãos de administração e fiscalização, as Assembleias Gerais e demais reuniões da <i>Cooperativa</i> , poderão ser realizadas de forma semipresencial ou digital, obedecidos os ritos e procedimentos dispostos neste Estatuto Social e na legislação e regulamentação em vigor.	Renumeração do artigo.
Art. 60. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a <i>Cooperativa</i> poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	Art. 56. Os documentos necessários à associação e ao relacionamento dos associados com a <i>Cooperativa</i> poderão ser digitais; ou físicos, que, em caso de digitalização, terão o mesmo valor probatório do documento original, para todos os fins de direito, sendo suficientes para comprovação de autoria e integridade, nos termos da legislação e regulamentação em vigor.	Renumeração do artigo.
Art. 61. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.	Art. 57. Os prazos previstos neste Estatuto Social serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.	Renumeração do artigo.
TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS DO CONSELHO FISCAL		
Art. 62. As disposições relativas ao Conselho Fiscal, na forma introduzida na Seção IV, do Capítulo V, do Título V, deste Estatuto Social, produzirão seus efeitos e eficácia jurídica a partir da eleição que se realizará na Assembleia Geral Ordinária de 2024.		Exclusão em razão de cumprimento da disposição transitória.